

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PATRÍCIA DENKEWICZ

**PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA EM UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO – IAP.**

CURITIBA

2019

1. **TÍTULO:** Conservação, Turismo e Inclusão Social na Ilha do Mel, litoral do Paraná.

2. INTRODUÇÃO

O litoral do Paraná possui uma área de 6.135,4 Km² que corresponde a 3% da superfície do Paraná. Está inserido no bioma Mata Atlântica e sua paisagem representa um dos últimos remanescentes contínuos de floresta atlântica costeira do Brasil, além de restingas, várzeas, caxetais e manguezais. Administrativamente, a região abrange sete municípios: Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba (SAMPAIO, 2006a; BIGARELLA).

Atualmente, a ocupação do litoral paranaense ocorre por diversos motivos, mas em geral as atividades econômicas determinam as formas, ritmos da ocupação e uso do solo, assim como as mudanças na dinâmica populacional. Basicamente, a população litorânea é composta por povos e comunidades tradicionais que envolvem quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e cipozeiros. Entretanto, é importante destacar, que há uma parcela da população que não pertence às comunidades tradicionais, são pessoas vindas de outros lugares que chegam ao litoral por diversos motivos, entre eles a busca por um emprego (DESCHAMPS; KLEINKE, 2000; PIERRI *et al.*, 2006).

Em relação ao contexto socioeconômico, os principais usos do solo do litoral paranaense relacionados aos recursos naturais e a atividades econômicas são: o uso portuário, o turismo, a pesca, a agropecuária e a conservação ambiental.: a) funções portuárias - Paranaguá, depois Antonina atuando marginalmente; b) funções turísticas - os municípios da orla, Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, que recebem a quase totalidade do fluxo anual de turistas, seguidos dos demais municípios devido ao turismo histórico-cultural e ecológico (Paranaguá, Antonina, Morretes e Guaraqueçaba); e c) funções de preservação - todos os municípios, com Guaraqueçaba em maior grau, pois tem todo seu território conservado (PIERRI *et al.*, 2006; ITCG, 2016).

Destacam-se três vetores de ocupação socioespacial no litoral paranaense, embora não sejam os únicos. São eles: as atividades portuárias, o turismo e as

políticas e ações de conservação e gestão ambiental. Neles é possível identificar, de forma simplificada, pelo menos quatro agentes que compõem as disputas pela ocupação e uso do espaço: 1) os proprietários dos meios de produção, que tem as atividades portuárias, industriais, comerciais, entre outras, como mote de sua produção; 2) os agentes imobiliários, que especulam os espaços turísticos; 3) os ambientalistas, que reivindicam a preservação dos espaços e sua biodiversidade; e 4) os grupos em situação de exclusão social, dentre eles povos e comunidades tradicionais, que lutam pela reprodução econômica e sociocultural nestes espaços. (PROJETO COLETIVO, 2018).

Além disso, há uma correlação entre os vetores, por exemplo, o vetor das políticas e ações de conservação e gestão ambiental está diretamente ligado aos outros dois vetores, pois este é responsável por regulamentar e supervisionar, por meio de diretrizes, o acesso e a utilização dos recursos naturais e estas funções limitam algumas ações dos vetores portuário e de turismo. Por exemplo, o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), que é uma política de conservação ambiental e que tem como função organizar, planejar e gerenciar os limites de uso e ocupação do território paranaense e de seus recursos naturais, limita a expansão do turismo e dos portos. Logo, entende-se que tanto as atividades portuárias e industriais quanto às atividades turísticas, em algum momento, irão esbarrar nas políticas e ações de conservação e gestão ambiental.

Há também uma correlação entre o vetor portuário e de turismo. Normalmente, os portos são utilizados pelo turismo como parte da infraestrutura de apoio à atividade¹, uma vez que a demanda por viagens de cruzeiros é grande. No entanto, no porto do litoral paranaense essa atividade ainda é incipiente. O turismo não é uma atividade assídua no porto (PARANAGUÁ, 2019). Outra correlação entre o vetor portuário e o de turismo é o impacto negativo que os portos podem exercer sobre alguns atrativos, uma vez que a dragagem e os resíduos de embarcações por exemplo, influenciam negativamente os atrativos naturais relacionadas a conservação ambiental.

No caso das atividades turísticas, as correlações com as políticas e ações de conservação e gestão ambiental podem ocorrer por diversas circunstâncias. Aqui

¹ Aquela infraestrutura que existe independente do turismo, mas que auxilia o desenvolvimento da atividade (BENI, 2003).

abordaremos essas correlações a partir do chamamos de dualidades do turismo em relação à conservação: a primeira acontece pelo embate entre ações desenvolvimentistas do turismo hegemônico e as políticas de conservação, e a segunda considera o turismo como uma ferramenta de reprodução socioeconômica e desenvolvimento das comunidades e das áreas protegidas.

A atividade turística no litoral paranaense iniciou por volta de 1920, década em que se vivenciou a democratização do desejo ao lazer e, em especial, o desejo pelo lazer nos balneários (SAMPAIO, 2006a), mas foi entre 1960 e 1970 que a ocupação do litoral para fins turísticos se intensificou. Aberturas de estradas, instalações de infraestruturas turísticas, criações não planejadas de loteamentos nos balneários foram algumas das ações que caracterizaram essa ocupação intensa e extensa do litoral paranaense. Tais ações resultaram em problemas que se evidenciaram décadas mais tarde, perdurando até os dias atuais e se intensificando nos meses de alta temporada do turismo (ANGULO, 2000). Esses problemas podem ser observados na intensificação da especulação imobiliária, na erosão da orla atlântica (intensificada pela ocupação inadequada do solo) (ANGULO, 2000), na falta de qualidade da água (resultantes principalmente da saturação e contaminação do lençol freático por esgotos domésticos e lançamento de resíduos nos cursos d'água (PROJETO ORLA, 2004a; 2004b), na apropriação inadequada das áreas protegidas (resultante da falta de plano de manejo, que conseqüentemente, reflete na falta de previsão e de planejamento do turismo nessas áreas), entre outros problemas.

O desenvolvimento do turismo no litoral paranaense, historicamente, acontece de maneira verticalizada, a partir de ações técnicas-burocráticas que são impostas para as comunidades locais, sem considerar as percepções e desejos dessas populações (SAMPAIO, 2006a). Essa forma de pensar e planejar o turismo vem da racionalidade hegemônica que constitui o turismo convencional, o qual compreende atividades produtivas modernas, com foco no mercado e concentração de lucros, tendo como característica a oferta de produtos e serviços padronizados (BRANDÃO; CORIOLANO, 2016).

O avanço do turismo convencional no litoral paranaense promoveu transformações nas áreas naturais e nas atividades tradicionais das comunidades locais. Atividades econômicas como a pesca artesanal, a agricultura de subsistência, entre outras são substituídas ou secundarizadas por atividades ligadas a hotéis,

pousadas, restaurantes e bares. Espaços naturais são apropriados e explorados pelo turismo, se tornando uma mercadoria turística na forma de atrativo.

No embate entre a atividade turística e as políticas e ações de conservação e gestão ambiental tem-se de um lado as estratégias hegemônicas de desenvolvimento, como por exemplo o turismo convencional e do outro lado tem-se as estratégias de conservação ambiental (políticas e ações) que possuem objetivos distintos com relação à ocupação espacial. Ambos, em um primeiro momento, podem ser discordantes, já que as políticas de conservação podem significar um “freio” ao desenvolvimento do turismo convencional. Por exemplo, atualmente, as criações de loteamentos nos balneários requerem estudos de impactos ambientais, para receber a demanda turística são necessários estudos de capacidade de carga, a oferta turística deve estar prevista no ZEE, entre outras situações que não podem desconsiderar as políticas e ações da conservação e gestão ambiental, como aconteceu anteriormente.

Entretanto, em um segundo momento, por volta de 1980 com institucionalização do Turismo Sustentável e do Ecoturismo o cenário torna-se diferente, uma vez que o turismo, dentro das particularidades conflituosas das áreas protegidas em especial das UCs, passa a caracterizar-se como um importante aliado, se for planejado e interpretado como uma ferramenta de desenvolvimento das comunidades locais e das próprias áreas protegidas.

Nessa conjuntura, destaca-se a predisposição do litoral paranaense, pois esse possui 82% de sua área abrangida por UCs, que incluem diversos ecossistemas com uma gama de bens naturais de interesse econômico e ecológico. Em todo esse território, existem políticas e ações em defesa da natureza que, entre outras leis e normativas ambientais, se expressam a partir de 49 UCs, sendo 19 UCs de Uso Sustentável e 30 UCs de Proteção Integral. (IAP, 2019; ICMBIO, 2019).

Importante destacar que foi após 1980 que a conservação ambiental passou a ter papel fundamental na disputa pelo uso do solo no litoral do Paraná (TEIXEIRA, 2004). Por um lado, a criação das UCs aumentou a dificuldade para transitar processos progressivos de desenvolvimento econômico e social principalmente em algumas regiões, como Guaraqueçaba, onde a falta de oportunidades, e as restrições de uso impostas reproduzem a pobreza e estimulam a emigração (PIERRI *et al.*, 2006). Por outro lado, a criação dessas áreas aumenta a proteção ambiental,

buscando evitar que a biodiversidade existente no litoral seja impactada pelas atividades produtivas degradantes.

A criação de UCs constituem um aparato jurídico-institucional que representa um avanço em relação ao controle dos usos dos recursos naturais, mas que também representa significativos impactos na vida das populações que residem nas áreas destinadas à conservação, restringindo e limitando as formas de uso, que são essenciais à sobrevivência dessas populações.

Conflitos socioambientais, em razão, da formulação verticalizada das leis e políticas voltadas à conservação, onde o poder público, através de seu aparato técnico-burocrático, estabelece as regulamentações, sem ponderar as racionalidades e práticas que não são compatíveis com a legislação. Dessa forma, as políticas de gestão e conservação dos recursos naturais acabam gerando conflitos socioambientais ao restringirem a ocupação de determinadas áreas ou ao proibirem ou regularem a utilização dos recursos, situação que além dos conflitos, também, reproduzem as injustiças socioambientais, já que os impactos da conservação acabam atingindo de formas desiguais os diferentes grupos sociais.

É esse cenário conflituoso que oportuniza que atividades como o turismo se destaquem como “amenizadoras” dessa situação. E é por meio dessa relação que se materializa a segunda correlação entre o vetor das políticas e ações de conservação e gestão ambiental com o vetor do turismo.

Segundo o ICMBio (2017):

a demanda pelo desenvolvimento de atividades turísticas, das comunidades residentes no interior ou ao entorno das áreas protegidas, cresceu significativamente nos últimos anos e conseqüentemente a atividade turística passou a ser interpretada a partir de duas vertentes: a primeira, como ferramenta importante para o fortalecimento dos programas de visitação, para a diversificação das atividades desenvolvidas e para a agregação de valor à experiência do turista nas áreas protegidas; e a segunda, no sentido de incrementar a renda das comunidades residentes e de aproximá-las da gestão das áreas protegidas”.

Nesse contexto, o turismo é interpretado “como uma ferramenta de sensibilização da sociedade sobre a importância da conservação da biodiversidade e como um vetor de desenvolvimento local e regional” (MMA, 2006, p. 7), podendo simbolizar a amenização dos conflitos socioambientais instaurados em torno das políticas de conservação ambiental. Desse modo, entende-se que o turismo passou a

ser interpretado pelos órgãos gestores como uma atividade econômica compatível com a conservação ambiental. E essa compatibilidade passou a ser associada, pelos órgãos gestores (tanto do turismo como os ambientais), às discussões de inclusão social das comunidades locais por meio do turismo.

Entretanto, a inclusão social está “ligada à formação de uma consciência crítica e cidadã, à afirmação do compromisso com relação aos direitos e interesses coletivos, como também, relaciona-se à solidariedade e corresponsabilidade nas transformações diárias” (IRVING, 2015, p. 60), o que nos diz que há frequente associações da inclusão social com a inserção econômica, como ocorre nos Planos Nacionais de Turismo e nos discursos dos órgãos ambientais, e isso é simplista demais para o contexto complexo da atividade. Deve-se extrapolar essa ideia de inserção econômica das comunidades locais, fugindo de afirmações “de que o turismo teria o potencial de gerar e distribuir renda, de promover o desenvolvimento regional, além de favorecer um alto nível de consumo dos produtos e serviços locais” (NASCIMENTO E COSTA, 2015, p. 102).

É preciso entender que a inclusão social é um

“Processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social acessem às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas econômica, social e cultural e beneficiem de um nível de vida e bem-estar considerado normal na sociedade em que vivem” (COM, 2003, p.09).

Isto é, a comunidade deve ter todos seus direitos garantidos, sejam eles políticos, econômicos, do trabalho, cultural, ambiental, social e simbólicos. Apenas garantindo o desenvolvimento dessas dimensões que se poderia afirmar, de fato, que o turismo nas UCs promove a inclusão social das comunidades locais.

Apesar das potencialidades do turismo para a inclusão social, não é possível afirmar que o turismo é inclusivo ou que irá “solucionar” os conflitos estabelecidos, isso porque, como já vimos anteriormente, o turismo é capaz de apresentar diversos interesses, podendo desenvolver-se no modelo hegemônico (turismo convencional) ou no modelo contra-hegemônico (turismo de base comunitária). E dessa forma, é necessário planejar um turismo que seja compatível a realidade dessas áreas, para que de fato viabilize a inclusão social das comunidades locais, oportunize renda para a manutenção das UCs e auxilie nos objetivos da conservação.

É preciso refletir que no desenvolvimento do turismo em áreas protegidas, onde as atividades econômicas são mais restritas, devido ao objetivo de conservação dos recursos, “a apologia ao turismo como ferramenta de “salvação” para compatibilizar a proteção dos recursos naturais e do desenvolvimento das comunidades locais, pode estar muitas vezes acompanhada por equívocos e interesses econômicos que transformam a atividade turística em um canal para a “colonização” das áreas e para a utilização indiscriminada dos recursos naturais (RODRIGUES, 2009), como acontece em áreas que o turismo hegemônico se instala.

Sendo assim, a partir dessa dualidade do turismo, pergunta-se: poderia o atual modelo de turismo promover a inclusão social das comunidades locais da Ilha do Mel?

3. JUSTIFICATIVA

4. OBJETIVOS

Para responder a problemática proposta a presente tese apresenta como objetivo geral: analisar a inclusão social das comunidades nativas da Ilha do Mel, litoral do Paraná, por meio do turismo em áreas protegidas. E como objetivos específicos:

- Caracterizar o modelo e o segmento turístico desenvolvido na Ilha do Mel;
- Entender o contexto das políticas de conservação na Ilha do Mel;
- Analisar o papel das comunidades nativas no desenvolvimento do turismo e das políticas de conservação na Ilha do Mel;
- Investigar se o turismo é uma alternativa efetiva para a Inclusão Social das comunidades locais da Ilha do Mel-PR.

5. MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa é de caráter qualitativo, já que não se preocupa em quantificar os dados e nem analisar estatisticamente amostras, mas sim analisar os aspectos subjetivos da realidade. Inicialmente, deu-se prioridade a pesquisa bibliográfica, buscando estruturar a corrente teórica e analítica adotada.

Para tanto, elaborou-se três capítulos teóricos, sendo o primeiro: consiste em discutir a teoria do turismo apresentando conceitos e problematizações aos modelos e segmentos de turismo utilizados atualmente. Esse capítulo apresenta autores como:

(2009; 2015; 2018), Sampaio (2005; 2006; 2007; 2011), Coroliano *et al* (2014) e Lohmann (2008; 2012). O segundo capítulo apresenta discussões entorno da conservação ambiental, especificamente das áreas protegidas, para tanto apresenta-se autores como Diegues (1996; 2001; 2006; 2008), Nogueira (2012), Medeiros (2003; 2006), Rodrigues (2009), Peccatiello (2011). O terceiro capítulo dessa tese refere-se à inclusão social, categoria analítica adotada. Inicialmente, são apresentadas as diversas formas de interpretação da inclusão social adotadas por distintos autores e para posteriormente focar na inclusão social no turismo, onde problematiza-se a interpretação desse conceito. Para fundamentar essa discussão são apresentados autores como: Irving (2015), Nascimento e Costa (2015) e Borba e Lima (2011). Além disso esse capítulo, como os demais, também, apresenta um subcapítulo que refere-se à exclusão social, onde são utilizados autores como: Nascimento e Costa (2015), Borba e Lima (2011), Rodrigues (1999), Silver (2005), Teixeira (2005).

Após a elaboração prévia dos capítulos teóricos partiu-se para a realização do campo exploratório, o qual foi iniciado com o levantamento das UCs que permitiam o uso público. Chegou-se ao número total de 10 áreas, sendo elas: o Parque Estadual Pico do Marumbi, a Floresta Estadual do Palmito, o Parque Estadual Rio da Onça, o Parque Estadual da Ilha do Mel, Parque Estadual Serra da Baitaca, a APA de Guaratuba, a APA de Guaraqueçaba, o Parque Nacional do Superagui, a RPPN Salto Morato e a RPPN do Sebuí. Após esse levantamento foi analisado a densidade do turismo, selecionando as UCs que possuem o número mais expressivo de visitantes. Sendo assim, foram selecionadas três áreas para a pesquisa exploratória: o Parque Estadual da Ilha do Mel, o Parque Nacional do Superagui e o Parque Estadual Pico do Marumbi.

Tais áreas foram visitadas em outubro de 2018, onde realizou-se observações diretas e conversas informais com os moradores locais e com os órgãos gestores, para identificar onde o turismo se apresentava de forma mais expressiva. E assim selecionou-se o Parque Estadual da Ilha do Mel, o qual tem seu entorno ocupado por várias comunidades, que além de receberem um número considerável de turismo, possuem o turismo como a principal atividade econômica.

Após a determinação do objeto de estudo foram selecionadas as técnicas e ferramentas para a coleta de dados. Optou-se pela entrevista semiestruturada, pela observação direta intensiva e pela pesquisa documental. Ambas as técnicas estão

fundamentadas pelas dimensões da inclusão social, ou seja, a conjuntura turística e ambiental da Ilha do Mel será observada através de algumas dimensões de análise oriundas da inclusão social, sendo elas: a dimensão política, econômica e do trabalho, sociocultural e simbólica e ambiental. Essas dimensões são inspiradas nas categorias analíticas criadas por Marta Irving, as quais foram apresentadas no capítulo 3, referente à inclusão social. Contudo, houve uma adaptação dessas dimensões para esse trabalho. Essa adaptação ocorreu de acordo com o contexto apresentado pelo objeto de estudo. Algumas dimensões, que julgadas muito semelhantes, foram unificadas para facilitar a coleta e a análise dos dados. Sendo assim, de sete dimensões passamos a possuir dez dimensões. As alterações realizadas são apresentadas abaixo na Tabela 11.

Tabela 1 - Dimensões correspondentes

<i>Dimensões criadas por Irving</i>	<i>Dimensões Correspondentes</i>
Dimensão Política	Dimensão Política
Dimensão Econômica	Dimensão Econômica e do trabalho
Dimensão do Trabalho	
Dimensão Cultural	Dimensão Sociocultural e Simbólica
Dimensão Simbólica/ Imaterial	
Dimensão Social	
Dimensão Ambiental	Dimensão Ambiental

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Além das alterações nas dimensões foram realizadas adaptações nas variáveis de análise de cada dimensão, buscando também adaptá-las ao contexto do objeto de estudo, como também, facilitar a coleta e análise dos dados. Sendo assim, apresenta-se abaixo a Tabela 12, com as respectivas adaptações das variáveis:

Tabela 2 - Adaptações das variáveis

<i>Dimensões e variáveis de análise criadas por Irving</i>	<i>Adaptações realizadas</i>
DIMENSÃO POLÍTICA	DIMENSÃO POLÍTICA
Formação cidadã, no sentido de participação e representação na esfera pública de tomada de decisão;	Participação e representação na esfera pública de tomada de decisão;
Exercício de direitos e deveres de cidadão;	Exercício de direitos, deveres de cidadão e capacidade de organização e/ou engajamento político;
Descentralização de poder e ações por parte dos órgãos governamentais em um sistema	Acesso à informação de qualidade para orientar o processo de tomada de decisão

de corresponsabilidade e governança democrática;	sobre questões públicas relacionadas ao turismo e a conservação ambiental da ilha;
Capacidade de organização e/ou engajamento político através de redes sociais;	
Acesso à informação de qualidade para orientar o processo de tomada de decisões.	
DIMENSÃO ECONÔMICA	DIMENSÃO ECONÔMICA E DO TRABALHO
Oportunidades de renda digna e inserção na dinâmica econômica local, nacional e regional, na lógica da articulação local-global.	Acesso a postos de trabalho reconhecidos pela legislação.
Padrões dignos de qualidade de vida e inserção econômica pelo <i>mainstream</i> .	Estabilidade nos postos de trabalhos.
Acesso a benefícios econômicos compartilhados a partir de ações coletivas.	Direito à educação como meio de inserção no mercado de trabalho.
Valorização das prioridades locais nas estratégias de desenvolvimento.	Acesso aos meios de créditos via trabalho.
Acesso aos meios de crédito via renda.	Garantia de qualidade do ambiente de trabalho.
DIMENSÕES DO TRABALHO	Remuneração justa pelo trabalho.
Acesso a postos de trabalhos reconhecidos pela legislação.	Satisfação no trabalho.
Estabilidade nos postos de trabalhos	
Direito à educação como meio de inserção no mercado de trabalho.	
Acesso aos meios de crédito via trabalho.	
Satisfação no trabalho.	
Garantia de qualidade do ambiente de trabalho.	
Garantia de segurança no trabalho.	
Sentido de remuneração justa pelo trabalho realizado.	
DIMENSÃO CULTURAL	DIMENSÃO SOCIOCULTURAL E SIMBÓLICA
Garantia de reconhecimento, valorização e fortalecimento das tradições, valores e costumes locais.	Garantia de reconhecimento, valorização, proteção e fortalecimento das tradições, valores e costumes locais.
Garantias de proteção e conservação das referências histórico-artísticas e culturais.	Oportunidade de intercâmbio com outras culturas por meio do turismo.
Oportunidades de intercâmbio com outras culturas.	Sentido de pertencimento e fortalecimento do grupo social à Ilha.
Reconhecimento e afirmação da diversidade cultural como premissa de uma sociedade aberta.	Sentido de bem-estar e felicidade.
Acesso a oportunidade de lazer de qualidade.	
Direito à expressão de religiosidade e espiritualidade em todas as suas formas.	
Garantia de reconhecimento e respeito às diferenças.	
DIMENSÃO SOCIAL	
Direito à qualidade nas relações sociais.	
Direitos assegurados na prevenção/combate aos problemas sociais críticos.	
Garantia de prevenção contra a exploração e discriminação de qualquer tipo.	

Acesso a oportunidade de educação e saúde de qualidade.	
Sentido de coesão e fortalecimento de laços sociais do grupo.	
DIMENSÃO SIMBÓLICA/IMATERIAL	
Sentido de pertencimento ao grupo social.	
Sentido de bem-estar e felicidade.	
Sentido de valor de ancestralidade e cosmologias do grupo.	
Sentimento de cidadania planetária (comunidade de destino) e sentido compartilhado de existência.	
DIMENSÃO AMBIENTAL	DIMENSÃO AMBIENTAL
Garantia de acesso a um ambiente saudável.	Garantia à um ambiente “saudável” e que seja capaz de fornecer os recursos naturais que são a “matéria prima” da atividade produtiva.
Garantia de compartilhamento e usufruto de patrimônio natural conservado e de valor coletivo.	Garantia de compartilhamento e usufruto de patrimônio natural conservado.
Garantia de acesso à informação qualificada sobre práticas sustentáveis e uso responsável dos recursos naturais não renováveis. Direito cidadão a uma ação responsável ou aos meios para se exercer esse direito.	Garantia de acesso à informação sobre o uso responsável dos recursos naturais.

FONTE: Elaboração da autora, 2019.

Como citado anteriormente essas dimensões e variáveis embasarão toda a coleta e análise dos dados. O turismo e as políticas de conservação ambiental passaram a ser interpretadas a partir da perspectiva da inclusão social, objetivando analisar se o turismo pode ser considerado uma via de inclusão social efetiva.

Sendo assim, apresenta-se a Tabela 13 com o compilado das técnicas de coletas e de análise dos dados, por objetivos. Ambas serão descritas nos próximos subitens.

Tabela 3 - Caminho Metodológico

Objetivos Específicos	Coleta de dados	Análise de dados
1 - Caracterizar o modelo e o segmento turístico desenvolvido na Ilha do Mel;	Observação Direta e Entrevistas com os gestores.	Triangulação dos dados;

2 - Entender o contexto das políticas de conservação na Ilha do Mel;	Pesquisa documental: Planos de Manejo, e Lei 16037/2009. Entrevistas com os gestores e com as comunidades nativas; (Tabela 15, p. 120) Observações diretas.	Triangulação dos dados;
3 - Analisar o papel das comunidades nativas no desenvolvimento do turismo e das políticas de conservação na Ilha do Mel;	Observações diretas; Entrevistas com as comunidades nativas; (Tabela 16, p. 124)	Triangulação dos dados;
4 - Investigar se o turismo é uma alternativa efetiva para a Inclusão Social das comunidades locais da Ilha do Mel-PR.	Observações diretas; Entrevistas com as comunidades nativas (Tabela 16, p. 124).	Triangulação dos dados;

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

5.1 COLETAS DE DADOS

Como já citado anteriormente, foram determinadas três técnicas de coletas de dados: a pesquisa documental, a observação direta intensiva e a entrevista individual semiestruturada. Ambas as técnicas serão aplicadas sobre as comunidades nativas residentes na Ilha do Mel, sendo elas: comunidade de Nova Brasília, Encantadas, Farol, Fortaleza e Ponta Oeste, durante o período de dezembro de 2019.

A pesquisa documental será realizada sobre o Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha do Mel, o Plano de Manejo da Estação Ecológica da Ilha do Mel, as atas de reuniões das associações comunitárias que trataram do turismo e das UCs, os documentos comunicativos produzidos pelo ICMBio e pelo IAP relacionados ao desenvolvimento do turismo e das UCs e a Lei Estadual 16037/2009, que embasa a administração do entorno do Parque Estadual da Ilha Mel. Essa análise documental objetiva buscar dados secundários que compõem parte dos resultados da pesquisa.

Em relação à observação direta intensiva, essa técnica foi escolhida por inserir o pesquisador dentro do cenário de uma certa maneira que ele consiga compreender a complexidade dos ambientes sociais, ao mesmo tempo em que lhe viabiliza uma interlocução mais apropriada (ZANELLI, 2002), é uma atividade que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar (LAKATOS & MARCONI, 1992) e para a efetivação dessa técnica foi utilizado o diário de campo e um gravador, onde todas as observações foram anotadas ou gravadas. As variáveis observadas são descritas na Tabela 14 abaixo.

Tabela 4 - Observações

	VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO
1- Caracterizar o modelo e o segmento turístico desenvolvido na Ilha do Mel;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Observar o desenvolvimento das atividades turísticas; ✓ Observar os períodos com maior demanda turística; ✓ Observar a sinergia entre os gestores de turismo e as comunidades nativas no planejamento e desenvolvimento da atividade; ✓ Observar a oferta turística existente; ✓ Observar as estratégias adotadas para o desenvolvimento da atividade; ✓ Observar o perfil da demanda;
2- Entender o contexto das políticas de conservação na Ilha do Mel;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Observar a relação das comunidades em relação ao meio ambiente; ✓ Observar a relação entre os gestores ambientais e as comunidades nativas;
3- Analisar o papel das comunidades nativas no desenvolvimento do turismo e das políticas de conservação na Ilha do Mel;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Observar a participação das comunidades nativas no planejamento e desenvolvimento das políticas de conservação e do turismo; ✓ Observar as ações cotidianas das comunidades nativas relacionadas ao turismo e as políticas de conservação ambiental;
4- Investigar se o turismo é uma alternativa efetiva para a Inclusão Social das comunidades locais da Ilha do Mel-PR.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Observar (a partir da participação nas reuniões e nas atividades dos conselhos) como a comunidade se comporta nas reuniões, o número de pessoas (das comunidades nativas) presentes, se participam ativamente ou não, o que falam, se possuem conhecimento prévios dos assuntos discutidos e se há o repasse de informações. ✓ Observar se há realização de processo formativo. ✓ Observar o dia-a-dia de trabalho das comunidades. ✓ Observar se as comunidades nativas frequentam a escola, quem frequenta e com qual frequência.

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Observar as festividades das comunidades. ✓ Observar o dia-a-dia das comunidades, especialmente em dias de movimentação turística. Observar se existem conversas e como são essas conversas. Observar, também, seus momentos de lazer, sua relação com a Ilha e com os outros moradores. ✓ Observar como se comportam, suas expressões e reações. ✓ Observar as condições ambientais da Ilha. ✓ Observar as utilizações do patrimônio natural conservado.
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A observação será realizada paralelamente às entrevistas, as quais ocorrerão a partir do dia 01 de dezembro à 15 de dezembro de 2019. Esses períodos foram definidos a partir da disponibilidade dos moradores locais. Por conseguinte, as observações efetivaram-se a partir da apreciação do cotidiano das comunidades locais em seus momentos de lazer e de trabalho e por meio da participação dos eventos locais, como o Batizado das Crianças Nativas, a Festa de São Pedro, a Festa da Tainha e o tradicional momento da Pesca da Tainha.

Já em relação as entrevistas individuais semiestruturadas, essas serão realizadas com os gestores do turismo, representados pelos secretários (as) de turismo da Prefeitura de Paranaguá, com os gestores ambientais, representados pelos servidores do IAP alocados no escritório local da Ilha do Mel e com os moradores nativos.

As entrevistas com os gestores ambientais e do turismo seguirão a estrutura apresentada na Tabela 15 abaixo.

Tabela 5 - Entrevistas direcionadas aos gestores ambientais e do turismo

OBJETIVOS	PERGUNTAS AOS GESTORES
1- Caracterizar o modelo e o segmento turístico desenvolvido na Ilha do Mel;	01. Quando inicia e termina a temporada turística na Ilha do Mel? 02. Como ocorre o planejamento do turismo na Ilha do Mel? Quem faz? A comunidade participa? Esse planejamento é baseado em que? 03. Qual o perfil da demanda turística da Ilha? O que eles buscam? 04. Qual o modelo e segmento turístico que é desenvolvido na Ilha do Mel?
2- Entender o contexto das políticas de conservação na Ilha do Mel;	05. Quais as políticas de conservação vigentes na Ilha do Mel? 06. Como as comunidades são interpretadas nesse contexto da conservação? Obs: as perguntas 16, 17, 18, 19 e 20 vinculadas ao objetivo 04 auxiliaram nos resultados desse objetivo.

<p>4- Investigar se o turismo é uma alternativa efetiva para a Inclusão Social das comunidades locais da Ilha do Mel-PR.</p>	<p>07. Como é a participação da comunidade nas decisões?</p> <p>08. Existem associações, conselhos gestores, câmaras técnicas ou qualquer outro espaço onde as comunidades nativas possam participar das decisões, em relação ao turismo e as questões ambientais? Quais?</p> <p>09. Como é o engajamento político da comunidade? As comunidades nativas participam de algum movimento social, associação ou conselho? Qual? Elas possuem assentos nesses espaços? Como acontece? Quem representa a comunidades nativas? Como foi escolhido (a)?</p> <p>10. As comunidades nativas são preparadas para essas as reuniões (repassa e tradução de informação técnica, alguma capacitação realizada)? Quem participa dessas capacitações? (Elaboram demanda, discutem anteriormente com os representados, etc).</p> <p>11. Como são os postos de emprego na Ilha do Mel? Quais as principais atividades econômicas desenvolvidas pelas comunidades nativas da Ilha?</p> <p>12. Quais os principais postos de trabalho que o turismo gera na Ilha do Mel?</p> <p>13. Houve mudanças com o passar do tempo desses postos? Quais existiram e não existem mais? Quais na percepção deles seriam necessários existir, mas não existem?</p> <p>14. Em relação ao turismo, qual é o regime de emprego (diárias ou carteira assinada) predominante na Ilha do Mel?</p> <p>15. Na Sua opinião quais são os principais fatores que podem levar aos trabalhos informais na ilha do mel?</p> <p>16. São disponibilizadas capacitações para as comunidades nativas trabalharem com o turismo? Quais? Com que frequência? Quem frequenta? Considera que são suficientes?</p> <p>17. E para outros tipos de atividade econômica? Se não há, por que?</p> <p>18. Existe algum meio de crédito direcionado ao turismo na Ilha do Mel?</p> <p>19. Quais são as dificuldades ou facilidades para conseguir esses meios de créditos?</p> <p>20. Você consegue identificar qual a atividade econômica que gostam mais?</p> <p>21. Quais as comunidades (famílias) mais antigas da Ilha do Mel? Quais chegaram primeiro, quais vieram mais recentemente?</p> <p>22. Qual a importância das UC para a Ilha do Mel?</p> <p>23. As comunidades nativas utilizam algum recurso natural das UCs? Este uso é permitido?</p> <p>24. Quais os problemas e benefícios que as comunidades nativas apresentam em relação as UCs?</p> <p>25. As comunidades nativas são informadas sobre o que pode ou não pode ser realizado dentro das UCs? Como? Considera suficiente?</p> <p>26. As comunidades nativas participam das decisões sobre os usos e proibições nas UCs?</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Para as entrevistas com os moradores serão estabelecidos alguns critérios para a formação das amostras. Primordialmente, o morador deveria ser um “nativo” da Ilha do Mel. E para essa caracterização será considerado como “nativo” os moradores que nasceram na Ilha. Essa caracterização, de acordo com Denkewicz (2016), é própria dos moradores da região, os quais separam-se entre “nativos” e “moradores”, os nativos correspondem às pessoas que nasceram na Ilha e os moradores às pessoas que por algum motivo saíram de suas localidades de origem e foram morar na Ilha. Para a investigação proposta por esse trabalho é essencial olhar para a comunidade nativa, para assim entender a quem o turismo está beneficiando e a quem o turismo está incluindo. Sendo assim, a principal determinação das amostras das comunidades será a condição do entrevistado ser nativo.

Além disso haverá mais três critérios para a composição dessa amostra, foram selecionados os moradores que se caracterizaram como lideranças ou representantes das comunidades nativas e, também, foram entrevistados moradores nativos que forem componentes da amostragem em bola de neve - uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referências, ou seja, os próprios entrevistados indicam os futuros participantes das entrevistas (VINUTO, 2014). Ademais, como último critério, foram entrevistados apenas moradores com idade superior a 18 anos.

A abordagem dos entrevistados ocorrerá durante seus períodos de lazer em suas residências e em locais de uso público, como por exemplo: na orla, nas associações, nos conselhos, no centro de informações turísticas, entre outros lugares. Já os entrevistados que compõem os órgãos ambientais e de turismo foram entrevistados em seus locais de trabalho, no Escritório Regional do IAP na Ilha do Mel e na Secretária Municipal de Turismo em Paranaguá.

O tamanho da amostra não foi determinado através de um número fixo, mas sim através do método de saturação, que de acordo com Fontanella (2008, p. 17), “[...] é a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados”.

A estrutura das entrevistas será baseada por um guião constituído por 64 questões abertas, as quais serão gravadas com a permissão dos entrevistados. Essas perguntas serão direcionadas para os objetivos específicos 3 e 4, com

intuito de analisar o papel das comunidades nativas no desenvolvimento do turismo e das políticas de conservação na Ilha do Mel e de Investigar se o turismo é uma alternativa efetiva para a Inclusão Social das comunidades locais da Ilha do Mel-PR. Para tanto as perguntas serão divididas entre as dimensões e variáveis estipuladas no caminho metodológico.

Sendo assim, abaixo apresenta-se a Tabela 16, onde especifica-se as dimensões, as variáveis de análise, as descrições das variáveis, as técnicas de coletas de dados e as perguntas utilizadas para as entrevistas.

Tabela 6 - Dimensões, variáveis de análise, técnicas de coletas e perguntas

OBJETIVOS	DIMENSÃO	VARIÁVEL DE ANÁLISE	DESCRIÇÃO	TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	ENTREVISTA AS COMUNIDADES NATIVAS
<p>3- Analisar o papel das comunidades nativas no desenvolvimento do turismo e das políticas de conservação na Ilha do Mel;</p> <p>4- Investigar se o turismo é uma alternativa efetiva para a Inclusão Social das comunidades locais da Ilha do Mel-PR.</p>	1. POLÍTICA	1.1 Participação e representação na esfera pública de tomada de decisão.	Avaliar se existem e se são suficientes os espaços públicos de tomada de decisão e em que medida as comunidades nativas tem representação e poder nesses espaços (Ex.: se há conselhos consultivos ou deliberativos; câmaras técnicas ou temáticas de interesses locais; associações, etc.)	Entrevista com gestores do IAP e com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; e pesquisa documental.	<p>1. Existem associações, conselhos gestores, câmaras técnicas ou qualquer outro espaço onde as comunidades nativas possam participar das decisões, em relação à gestão do turismo e as questões ambientais? Quais?</p> <p>2. De que forma acontece essa participação, vocês são apenas consultados ou de fato ajudam a tomar decisões? As pessoas entendem sobre o que está sendo discutido? Ou ficam “quietas” escutando?</p> <p>3. Exemplifique uma decisão tomada com a participação da comunidade ?</p>
		1.2 Exercício de direitos, deveres de cidadão e capacidade de organização e/ou engajamento político	Verificar se a comunidade nativa participa dos espaços e como participam (como se manifestam ou não, discutem os temas nas comunidades nativas previamente ou posteriormente as reuniões, elaboram demandas, quem	Entrevista com gestores do IAP com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores	<p>4. Você participa de algum movimento social, associação ou conselho? Qual?</p> <p>5. A comunidades nativas tem representação (assentos) nesses espaços</p>

			<p>os representa nestes espaços, etc.)</p> <p>Avaliar em que medida as comunidades nativas participam das reuniões e identificar suas ações (relacionadas especialmente ao turismo e meio ambiente);</p> <p>Identificar se as comunidades nativas estão politicamente organizadas (associações, movimentos sociais, etc.) e se identificam lideranças na comunidades nativas</p>	<p>nativos componentes da amostragem por conveniência; observação direta; e pesquisa documental (atas das reuniões);</p>	<p>de decisões (associações, conselhos)? Como acontece? Quem representa a comunidades nativas? Como foi escolhido (a)?</p> <p>6. Você participa das reuniões? E as outras pessoas das comunidades nativas? Com que frequência? Qual é o maior motivo de não participação?</p> <p>7. Os encontros, reuniões de cada um dos espaços ocorrem com que frequência? Onde ocorrem as reuniões? Respeitam os melhores horários-datas para a comunidade participar?</p> <p>8. Vocês se reúnem antes das reuniões no espaço XXXXX para elaborar e apresentar demandas, discutir os assuntos das reuniões? O (a) representante das comunidades nativas repassa as informações das reuniões para os demais? Como? Há</p>
--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

					<p>alguma dificuldade que o (a) representante enfrenta no repasse das informações?</p> <p>9. Você realiza está envolvida (o) em alguma atividade em prol das comunidades nativas? Qual (is) e por quê? Tem alguma atividade que você gostaria e/ou já tentou, mas não foi adiante?</p> <p>10. Você reconhece alguma liderança nas comunidades nativas? Quem ou qual?</p>
		<p>1.3 Acesso à informação de qualidade para orientar o processo de tomada de decisão sobre questões públicas relacionadas ao turismo e a conservação ambiental da ilha.</p>	<p>Discutir algumas “questões” públicas recentes da Ilha, relacionadas especialmente ao turismo e meio ambiente, e verificar se a comunidades nativas se envolve nos debates dessas questões; avaliar em que medida as comunidades nativas têm acesso e clareza das informações; e investigar se foi proporcionado algum processo formativo para a comunidades nativas participar de espaços formais de tomada de decisão.</p>	<p>Entrevista com as lideranças ou representantes das comunidades nativas; e observação direta.</p>	<p>11. Houve algum processo formativo para auxiliar a participação das comunidades nativas nas reuniões? Qual e quando? Foi suficiente?</p> <p>12. Como é o acesso à informação pela comunidade para poder tomar decisões?</p> <p>13. Quais os assuntos mais discutidos nos espaços de participação? Você se</p>

					<p>considera bem informado sobre eles para participar das discussões? Como (de quem) obtém as informações?</p> <p>14. Você tem conhecimento da proposta de inserir a Ilha do Mel no Plano Diretor de Paranaguá? Como soube? E o que pensa sobre isso?</p> <p>15. Você tem conhecimento da proposta do Porto de Pontal? Como soube? E o que pensa sobre isso?</p> <p>16. Você soube do fechamento da praça de alimentação turística de Encantadas? Como soube? E o que pensa sobre isso?</p> <p>17. Como as informações sobre esses acontecimentos (Plano diretor, Porto, e sobre o turismo e o meio ambiente) chegam até vocês? É suficiente?</p>
--	--	--	--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	2. ECONÔMICA E DO TRABALHO	2.1 Acesso a postos de trabalho reconhecidos pela legislação.	Levantar os postos de trabalho ocupados pelas comunidades nativas); verificar qual a principal atividade econômica realizada pelas comunidades nativas; e analisar se a oportunidade de renda com o turismo é maior, menor ou equivalente à de outras atividades.	Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; e com os gestores do turismo; observação direta.	18. Como são os postos de emprego na Ilha do Mel? Qual a principal atividade econômica das pessoas das comunidades nativas da Ilha do Mel? 19. Quando você vai procurar emprego, quais são as principais vagas? 20. Essas vagas, em sua maioria, estão relacionadas ao turismo? Se não, estão relacionadas a quê? 21. Você trabalha ou já trabalhou com o turismo? Qual sua função e onde você trabalha/ou? Se não, qual a outra atividade que exerce?
		2.2 Estabilidade nos postos de trabalhos.	Verificar se as comunidades nativas estão no trabalho formal ou informal (CLT ou diárias)	Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; e com os gestores	22. Como é a estabilidade do trabalho na ilha do Mel? É registrado em carteira ou trabalha por diárias? Se não é registrado, tem algum outro tipo de contrato de trabalho? Quem contrata? (Sobretudo para os que não possuem carteira). É sempre o mesmo

				do turismo; e observação direta.	<p>empregador que te contrata? Faz sempre o mesmo serviço?</p> <p>23. Trabalha por conta própria? Tem seu próprio "negócio"? Qual é?</p> <p>24. Trabalha em uma atividade produtiva só? Em caso negativo, quais atividades econômicas exerce?</p> <p>25. Trabalha com a mesma coisa durante o ano todo? Como é no caso das outras pessoas da comunidade?</p> <p>26. Na Sua opinião quais são os principais fatores que podem levar aos trabalhos informais na ilha do mel? O que já mudou com o tempo em relação a isso?</p>
		2.3 Direito à educação como meio de inserção no mercado de trabalho.	Levantar a escolaridade e capacitações para atividades relacionadas ao turismo.	Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos	27. Como é a educação na ilha do Mel? Quais são as escolas existentes na Ilha?

				componentes da amostragem por conveniência; e com os gestores do turismo; e observação direta.	<p>28. Você estudou na Ilha do Mel? Até que série? Se não, por que?</p> <p>29. Nível de escolaridade</p> <p>() Fundamental () Médio () Superior</p> <p>30. Possui alguma capacitação para o trabalho com o turismo? Qual? São realizadas capacitações com frequência? Considera que são suficientes? Se não, por que?</p> <p>31. As capacitações servem como motivação para um maior envolvimento com o turismo?</p>
		2.4 Acesso aos meios de créditos via trabalho.	Levantar quais são possibilidades de linhas de créditos (financiamentos, empréstimos, etc.) disponíveis para as comunidades nativas; e verificar se há existência de empreendimentos beneficiados por algum meio de crédito.	Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; e com os gestores	<p>32. Você tem acesso a empréstimos e financiamentos? Qual?</p> <p>33. Possui empreendimentos beneficiados por algum meio de crédito? Qual é o seu empreendimento e qual meio de crédito? Já tentou e não conseguiu?</p>

				do turismo; observação direta;	Porque não? Quais são as dificuldades?
		2.5 Garantia de qualidade do ambiente de trabalho.;	Avaliar as condições básicas de trabalho (horas diárias, intervalo de almoço, desempenho da função contratada e pagamentos em dia).	Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; e observação direta.	34. Quais são suas condições de trabalho? Quantas horas por dia você trabalha? 35. Tem intervalo de trabalho? 36. Desempenha apenas a função que foi contratada? Se não, qual (is) a outra função que desempenha e porque desempenha? 37. Recebe seu pagamento em dia?
		2.6 Remuneração justa pelo trabalho.	Levantar a média salarial das comunidades nativas e comparar com a média salarial estabelecida pela legislação trabalhista.	Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência;	38. Como são as médias de salário na ilha do Mel? Sabe o valor do salário mínimo? Quantos salários recebe? Considera seu salário justo em relação aos salários pagos na Ilha do Mel? 39. Se não for assalariado, quantos salários aproximadamente você recebe? Considera um valor "normal" em relação aos outros recebidos na Ilha do Mel?

		2.7 Satisfação no trabalho,	Identificar nas comunidades nativas o sentimento que o trabalho proporciona bem-estar, satisfação e motivação.	Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; e observação direta.	40. Qual sentimento seu trabalho proporciona? Você está satisfeita com seu trabalho? Se sente motivada? Ele te proporciona bem-estar?
	3. SOCIOCULTURAL E SIMBÓLICA	3.1 Garantia de reconhecimento, valorização, proteção e fortalecimento das tradições, valores e costumes locais.	Analisar a existência de festas que exaltem a cultura local e se a comunidade nativa para demonstrar e praticar seus costumes locais; levantar a existência de bens materiais e imateriais tombados ou políticas públicas que garantam a proteção e conservação das referências histórico-artísticas e culturais.	Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; observação direta; e pesquisa documental.	41. Como é a manifestação cultural da Ilha do Mel? Qual a principal manifestação cultural da Ilha do Mel que reflete a cultura da comunidade nativa? 42. Na Ilha do Mel existem festas que mostrem a cultura local? Quais e quando acontecem? 43. Existem ações de valorização e proteção da cultura da comunidade nativa na Ilha do Mel? Qual? 44. Nas festas e outras, o turista está presente? 45. Você se sente representado por essas

					manifestações? Se não... porque?
		3.2 Oportunidade de intercâmbio com outras culturas por meio do turismo.	Levantar com as comunidades nativas se existe uma troca cultural <u>com turistas</u> a partir de conversas, trocas de experiências, compartilhamento de conhecimento, etc.	Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; e observação direta.	46. Você consegue ter um contato mais próximo com turista? Como acontece essa aproximação? 47. Você conversa com os turistas sobre sua cultura? Como isso acontece? 48. O turista conversa sobre a cultura dele com você? Como isso acontece?
		3.3 Sentido de pertencimento e fortalecimento do grupo social à Ilha.	Identificar quem é nativo e quais são seus sentimentos em relação à Ilha; verificar se as comunidades nativas da Ilha do Mel se reconhecem enquanto um grupo social coeso?; investigar se as comunidades nativas realizam alguma atividade que fortaleça os laços sociais do grupo;	Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; e observação direta.	49. Você é nativo da Ilha do Mel? Pertence a qual família? Sua família (pai, mãe, avós, tios, etc) são daqui da Ilha ou vieram de outro lugar? Qual? Quando vieram? 50. As comunidades (?) se encontram, fazem coisas juntas? (Pesca, mutirão, festa...) 51. Como é a relação entre as comunidades (se têm conflitos, se sempre brigam ou ao contrário, etc).

					52. Quais atividades você considera importante para a manutenção e fortalecimento da união das comunidades nativas?
		3.4 Sentido de bem-estar e felicidade.	Avaliar sentimento de bem-estar e felicidade das comunidades nativas da Ilha do Mel.	Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; e observação direta.	53. Você gosta de morar na Ilha? O que você gosta e o que você não gosta na Ilha? É feliz na Ilha? Por quê? 54. Como foi colocado acima, qual é o sentimento que a ilha do Mel lhe proporciona?
	4. DIMENSÃO AMBIENTAL	4.1 Garantia à um ambiente "saudável" e que seja capaz de fornecer os recursos naturais que são a "matéria prima" da atividade produtiva.	Verificar como a comunidade nativa avalia a "qualidade ambiental" da Ilha do Mel.	Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; e observação direta.	55. Como você avalia o ambiente da Ilha do mel? Pontos positivos? Negativos? Potencialidades? Fragilidades? 56. Como você usufrui da natureza na Ilha? (Pesca, extrativismo florestal, serve para atrair turista, usa como lazer, etc). Este uso é permitido?

					<p>57. Como você avalia a qualidade ambiental (qualidade dos recursos naturais, coleta de lixo, tratamento de esgoto e água, qualidade das praias, das trilhas, etc.) da Ilha do Mel? Quais os principais problemas ambientais?</p> <p>58. Você conhece as regulamentações ambientais da Ilha? O que você acha da legislação ambiental da Ilha? Por quê?</p>
		4.2 Garantia de compartilhamento e usufruto de patrimônio natural conservado.	Avaliar como ocorre o uso e a conservação do patrimônio natural; levantar quais são os problemas em função desse uso e o que limita ou potencializa esses problemas.	Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; e gestores do IAP; e observação direta.	<p>59. O que você acha de a Ilha do Mel ser uma unidade de conservação? Considera isso bom ou ruim?</p> <p>60. Quais os benefícios e os problemas da Ilha do Mel ser uma área protegida ambientalmente?</p> <p>61. O que mudou na relação com a paisagem depois que virou UC?</p>
		4.3 Garantia de acesso à informação sobre o	Investigar se a comunidades nativas nativa é informada, orientada e participa das	Entrevista com as comunidades nativas:	62. Vocês são informados sobre as UC e o que pode ou não ser realizado

		uso responsável dos recursos naturais.	decisões sobre o uso dos recursos naturais na Ilha do Mel.	lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; e gestores do IAP; e observação direta.	dentro delas? Como? Considera suficiente? 63. Vocês participam das decisões sobre os usos nas UCs? 64. Já ouviu falar sobre Plano de Manejo? Já foi chamado para conversar sobre ele?
--	--	----------------------------------------	------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

5.2 ANÁLISE DE DADOS

Para análise dos dados será utilizado o método da triangulação, o qual pode ser empregado para validar os dados por meio da comparação entre fontes de dados distintas, examinando-se a evidência dos dados e utilizando-os para construir uma justificativa para os temas (CRESWELL, 2003). Desta forma, os dados resultantes das entrevistas com os gestores ambientais e do turismo, as entrevistas com as comunidades nativas, as observações de campo e a teoria serão comparadas, por meio de tabelas e texto, para posteriormente alcançar os resultados.

6. CUSTOS DO PROJETO

A presente proposta de pesquisa será desenvolvida com o custeio do projeto intitulado: “Vulnerabilidades e respostas das populações locais às ameaças socioeconômicas e naturais na Baía de Paranaguá – PR”, também chamado como “Projeto das Baías”, conforme o Quadro 01.

<i>Equipamentos e Recursos</i>	<i>Fonte</i>	<i>Valores</i>
Transporte: passagens e embarcações	Projeto Baías	R\$ 244,56
Gravador	Projeto Baías	R\$ 0,00
Hospedagem	Projeto Baías	R\$ 700,00
Alimentação	Projeto Baías	R\$ 200,00
TOTAL		R\$ 1.144,56

7. CRONOGRAMA DE PESQUISA

Atividades/ Meses	2017			2018												2019					2020							
	Outubro	Novembro	Dezembro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Fevereiro	Março	
Elaboração do projeto																												
Pesquisa bibliográfica																												
Metodologia																												
Coleta dos dados																												
Descrição: tabulação/tratamento																												
Descrição: análise																												
Conclusão																												
Qualificação																												
Correções																												
Defesa																												
Entrega Final																												

8. REFERÊNCIAS

ANGULO, R. J. As Praias do Paraná: problemas decorrentes de uma ocupação inadequada. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 99, p. 97-103, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/99/rodolfo.pdf>. Acesso em: 13/03/2019.

BIGARELLA, J. J. **Matinhos**: homem e terra - reminiscências. 3 ed. ampliada. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2006.

BORBA, Andreilcy Alvino; LIMA, Herlander Mata. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Soc. Soc.*, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011.

BRANDÃO, A. L. R.; CORIOLANO, L. M. N T. **Eixos do turismo: convencional e contra hegemônico em Jericoacoara-CE**. *Revista FORMAÇÃO ONLINE*) Vol. 3; n. 23, mai-ago/2016; p. 101- 126. ISSN: 2178-7298. ISSN-L: 1517-543X.

BRASIL, Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para visitação em unidades de Conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de ação nacionais para a inclusão social 2003-05**, Bruxelas, 12/12/2003, COM 2003) 773 Final, 2003.

COSTA NETO, P.L. da O. **Estatística**. São Paulo. Edgard Blücher, 1977.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidades de conservação**. São Paulo: Aleph, 2002.

- CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, dez. 2006, p. 367-178.
- CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. Lazer e turismo: nova centralidade da sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p.3-22, ago. 2014.
- CRESWELL, J. **Qualitative inquiry and research design**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2003.
- DIEGUES, A. C. *et al.* **Conflitos entre populações humanas e unidades de conservação e Mata Atlântica**. Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP, São Paulo, 1995.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DIEGUES, A. C. *et al.* **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.
- DENKEWICZ, P. **Cultura e natureza: desenvolvimento comunitário na Ilha do Mel, Paraná**. 115 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário), Universidade Estadual do Centro Oeste, Irati - PR, 2016.
- DESCHAMPS, V. M.; KLEINKE, U. L. M. Os Fluxos Migratórios e as Mudanças Sócio-espaciais na Ocupação Contínua Litorânea do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 99, p. 45-59, jul./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/235/193>>. Acesso em: 07/08/2017.
- FONTANELLA, Bruno José Borcellos. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas**. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf>. Acesso: 10/01/2019.
- FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA. **Reservas Naturais**. Disponível em: <<http://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/o-que-fazemos/reservas-naturais/pages/default.aspx>>. Acesso em: 24/06/2017.
- GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai/jun 2006.
- HARDER, Eduardo. **A constitucionalização dos direitos culturais no Brasil e os sentidos de uma perspectiva patrimonial**. 182 p. Tese (Doutorado em Direito das Relações Sociais), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36525/R%20-%20T%20-%20EDUARDO%20HARDER.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24/03/2019.
- INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP. **Unidades de Conservação. 2017**. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/páginas-80.html>>. Acesso em: 23/07/2017.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO, et al. **Turismo de Base Comunitária nas Unidades de Conservação Federais: princípios e diretrizes**. 2017. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf>. Acesso em: 01/11/2017.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOLOGIA DO PARANÁ - ITCG. **Zoneamento ecológico - econômico do estado do Paraná - litoral**. Curitiba: ITCG, 2016.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. **Unidades de Conservação no Brasil**. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/>>. Acesso em: 24/06/2017.

IRVING, M.A. Diplomacia contemporânea e meio ambiente: o contexto brasileiro. In: BRIGAGÃO, C. (org.). **História das Relações Internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: CEBRI, 2000.

IRVING, Marta. A. **O Ecoturismo no Brasil: Retrospectiva e Tendências**, in Boletim de Turismo e Administração [Publicação do] Centro Universitário Ibero Americano, Vol. 10, n.º 2 (outubro 2001) - São Paulo: UNIBERO, 2001

IRVING, M.; MATOS, K. Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas. **Floresta e Ambiente: Seropédica** – RJ, V.13, n.2, p. 89 - 96, 2006.

IRVING, M. de A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 108-121.

IRVING, M.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G. de. **Turismo: ressignificando sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2018.

IRVING, M.; RODRIGUES, C. G. de O.; RABINOVICI, A. COSTA, H. A. **Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social: diálogos entre saberes e fazeres**. 1 Ed. – Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LOHMANN, G. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2012.

MACFARLANE, L. J. **Socialism, social ownership and social justice**. Nova Iorque: St.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. IX, n. 1, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e campos Sulinos**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília: MMA, 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Projeto Orla**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/projeto-orla>>. Acesso em: 24/04/2019.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do.; COSTA, Helena Araújo. O jogo da inclusão e exclusão na dinâmica da sociedade moderna: uma reflexão aplicada ao turismo. In: IRVING, M.; et

al. Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social: diálogos entre saberes e fazeres. 1 Ed. - Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2015.

NOGUES, D. C. **Unidades de Conservação UCs) do litoral paranaense e seus efeitos nas comunidades de pescadores artesanais.** Monografia Graduação em Oceanografia), Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná-PR, 2012.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Cultura. **Livro tombo histórico.** Curitiba, Coordenadoria de Patrimônio Cultural, Paraná, Brasil, 1990. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=59>>. Acesso em: 27/05/2012.

PECCATIELLO, A. F. O. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). **Desenvolvimento e Meio ambiente**, n. 24, p. 71-82, jul. /dez. 2011. Editora UFPR

PIERRI, N.; ANGULO, R. J.; SOUZA, M. C. de; KIM, M. K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, n. 13, p. 137-167, jan. /Jun. 2006. Editora UFPR.

PPGMADE/UFPR. Projeto Coletivo – **Diagnóstico e problematização do litoral do Paraná: vetores de produção socioespacial – porto e indústria, turismo e políticas e ações de conservação e gestão ambiental – e conflitos, resistências e alternativas.** Turma XII, Linha de pesquisa: Usos e conflitos nos ambientes costeiros. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento PPGMADE), Universidade Federal do Paraná UFPR), 2017.

PROJETO ORLA. **Plano de intervenção na Orla Marítima de Pontal do Paraná.** Pontal do Paraná, 2004a. Disponível em:

<http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/Projeto_Orla/PontalPR.pdf>. Acesso em: 17/07/2017.

_____. **Plano de intervenção na Orla Marítima de Matinhos. Matinhos**, 2004b.

Disponível em: <http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/Projeto_Orla/Matinhos.pdf>. Acesso em: 17/07/2017.

RODRIGUES, C. G. DE O. **O uso do público nos parques nacionais: a relação Entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

RODRIGUES, Fernanda. Assistência social e políticas sociais em Portugal. Lisboa: ISSS — Dep. Editorial; CPIHTS — Centro Português de História e Investigação em Trabalho Social, 1999.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia.** Santa Cruz do Sul (RS): Edunisc, 2005.

_____. **Ocupação das orlas das praias paranaenses pelo uso balneário.** Curitiba, 2006. Tese. Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná). 2006.

_____. Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 148-165, nov. 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/62595/65383>>. Acesso em: 04/05/2018.

_____; LESAMA, M. F.; ARAUJO, J. R.; MENDEZ, E. O. Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável. In: SAMPAIO, C. A. C.; HENRÍQUEZ, C.; MANSUR, C. (Orgs.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática.** Blumenau (SC): Edifurb, 2011, p. 23-30.65

SILVER, Hilary. Políticas dos países europeus para promover a inclusão social. In: BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (Orgs.). Inclusão social e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

STREHL, Letícia. **A pesquisa bibliográfica como procedimento de investigação.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/leticia.strehl/pesquisa-bibliografica-presentation>. Acesso em: 26/11/2014.

TEIXEIRA, C. **A proteção ambiental em Guaraqueçaba:** uma construção social. Tese Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004. 302 p.

ZANELLI, J. C. **Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. Estudos de Psicologia**, v. 7, p. 79 - 88, 2002.